

## **Aula 13**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito Penal -  
2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Eduardo Alberi**

23 de Junho de 2025

## Índice

1) Roteiro de Revisão - Lei 7716_1989 - Crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor .....	3
2) Aposta Estratégica - Lei 7716_1989 - Crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor .....	8
3) Questões Estratégicas - Lei 7716_1989 - Crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor - Multiban .....	9
4) Questionário de Revisão - Lei 7716_1989 - Crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor .....	23
5) Lista de Questões Estratégicas - Lei 7716_1989 - Crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor - .....	27
6) Referências Bibliográficas .....	36



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

*A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.*

### Lei nº 7.716/1989 - Crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor

A Lei nº 7.716/1989 dispõe sobre os crimes resultantes de **discriminação ou preconceito** de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Esta lei é um importante instrumento jurídico no combate ao **racismo** e à **discriminação** no Brasil, garantindo proteção aos direitos fundamentais, conforme preconiza a **Constituição Federal** em seu artigo 5º, inciso XLII, que define o **racismo** como crime **inafiançável** e **imprescritível**, sujeito à pena de **reclusão**.

#### Crimes de Discriminação e Preconceito

De acordo com o **art. 1º** da Lei nº 7.716/1989, serão punidos os crimes resultantes de **discriminação ou preconceito** de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. A aplicação da pena ocorre em diferentes situações, detalhadas ao longo dos artigos da norma.

Um dos delitos previstos é a **injúria racial** (art. 2º-A), que consiste em **ofender a dignidade ou o decoro** de alguém com base na raça, cor, etnia ou procedência nacional. A pena prevista para esse crime é de **reclusão de 2 a 5 anos e multa**. A situação se agrava caso o crime seja cometido por **duas ou mais pessoas**, aumentando a pena pela metade.

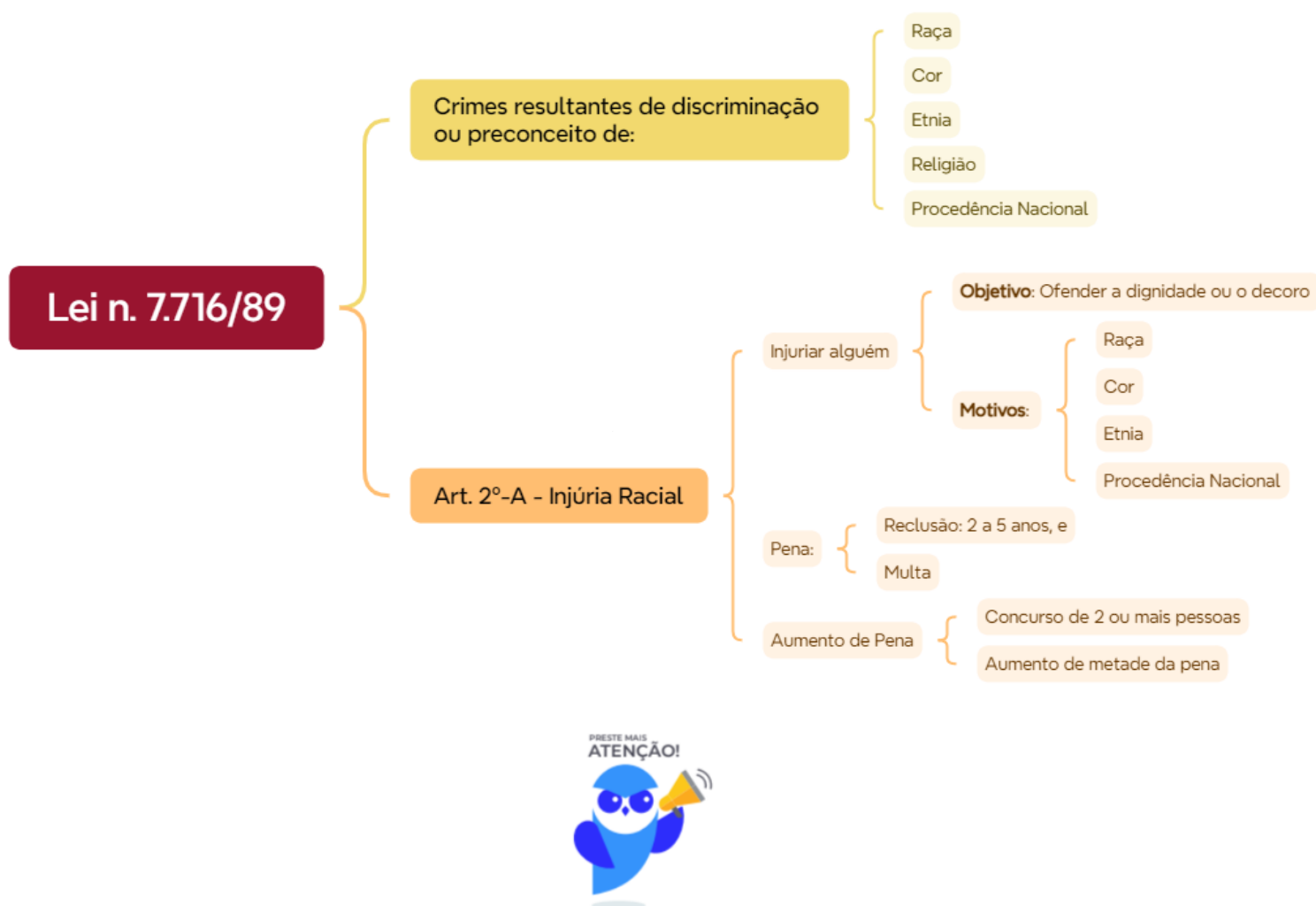
*Art. 1º Serão punidos, na forma desta Lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.*

*Art. 2º-A **Injuriar** alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional.*

*Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.*

*Parágrafo único. A **pena é aumentada** de metade se o crime for cometido mediante **concurso de 2 (duas) ou mais pessoas**.*





### 👉 Injúria racial e Racismo:

A Lei nº 14.532/2023, passou a **equiparar** a **injúria racial** ao crime de **racismo**. Dessa forma, a pena foi agravada, prevendo reclusão de dois a cinco anos, além de multa. Além disso, o crime tornou-se **imprescritível** e **inafiançável**.

## Crimes Relacionados ao Mercado de Trabalho

A Lei também pune a discriminação no acesso a **cargos públicos** (art. 3º) e ao **emprego em empresas privadas** (art. 4º). A proibição de acesso a **cargos na administração pública direta ou indireta** devido a motivos raciais acarreta pena de **reclusão de 2 a 5 anos**. Já no setor privado, negar emprego ou impedir a **ascensão funcional** pelo mesmo motivo também configura crime, sujeitando o infrator às mesmas penalidades.



Além disso, a lei também pune a exigência de **aspectos de aparência racial** em anúncios de emprego quando a atividade não justifica tal requisito, com penas de **multa e prestação de serviços comunitários** que promovam a **igualdade racial**.

*Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer **cargo da Administração Direta ou Indireta**, bem como das concessionárias de serviços públicos.*

*Pena: reclusão de dois a cinco anos.*

*Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional.*

*Art. 4º Negar ou obstar emprego em **empresa privada**.*

*Pena: reclusão de dois a cinco anos.*

*§ 1º Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça ou de cor ou práticas resultantes do preconceito de descendência ou origem nacional ou étnica:*

*I - deixar de conceder os equipamentos necessários ao empregado em igualdade de condições com os demais trabalhadores;*

*II - impedir a ascensão funcional do empregado ou obstar outra forma de benefício profissional;*

*III - proporcionar ao empregado tratamento diferenciado no ambiente de trabalho, especialmente quanto ao salário.*

*§ 2º Ficará sujeito às **penas de multa e de prestação de serviços à comunidade**, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências.*

## Demais crimes da Lei

### Acesso a Serviços e Locais Públicos

Vários artigos da lei tipificam a conduta de **impedir ou obstar o acesso** a serviços e locais públicos, como **estabelecimentos comerciais** (art. 5º), **escolas** (art. 6º), **hotéis e pensões** (art. 7º), **bares e restaurantes** (art. 8º), **clubes sociais** (art. 9º), **salões de cabeleireiro e barbearias** (art. 10), e **transportes públicos** (art. 12). A pena para esses crimes varia entre **1 a 5 anos de reclusão**, dependendo da gravidade e do local afetado.



## Preconceito na Esfera Familiar e Social

A lei também proíbe **impedir casamento ou convivência familiar** (art. 14), com pena de **reclusão de 2 a 4 anos**. Este dispositivo protege o direito fundamental à **liberdade familiar**, garantindo que ninguém seja impedido de constituir família com base em **preconceitos raciais ou culturais**.

## Crimes de Discriminação Coletiva e Símbolos de Ódio

O **art. 20** da lei criminaliza atos que **induzem, incitam ou praticam discriminação** por motivo de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Essa conduta pode ser agravada se realizada por **meio de comunicação social ou rede mundial de computadores**, com penas de **2 a 5 anos de reclusão e multa**. O mesmo artigo também pune quem **utiliza símbolos nazistas**, como a **cruz suástica**, para divulgação desse ideário, com pena de **reclusão de 2 a 5 anos e multa**.

Além disso, quando os crimes ocorrem em contextos de **diversão, recreação ou descontração**, as penas podem ser aumentadas de **1/3 até a metade** (art. 20-A). Caso os atos sejam cometidos por **funcionário público** no exercício de suas funções, a pena também é aumentada de **1/3 até a metade** (art. 20-B).

## Sanções e Medidas Complementares

Os efeitos da condenação incluem a **perda do cargo ou função pública** e a **suspensão do funcionamento** de estabelecimentos privados por até **3 meses** (art. 16). Contudo, esses efeitos não são automáticos, devendo ser **declarados motivadamente na sentença** (art. 18).

A lei também prevê medidas de caráter cautelar, como a **apreensão de materiais discriminatórios** e a **interrupção de transmissões** que promovam o racismo, conforme o **art. 20, §3º**. Além disso, a **destruição do material apreendido** pode ser determinada após o trânsito em julgado da sentença (art. 20, §4º).

*Art. 16. Constitui **efeito da condenação** a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo **não superior a três meses**.*

*Art. 17. (Vetado).*

*Art. 18. Os efeitos de que tratam os arts. 16 e 17 desta Lei **não são automáticos**, devendo ser motivadamente declarados na **sentença**.*



## Agravantes

### No Contexto de Descontração, Diversão ou Recreação

O **art. 20-A** estabelece que as penas para os crimes previstos na lei serão **aumentadas de um terço até a metade** quando cometidos no contexto ou com o intuito de **descontração, diversão ou recreação**. Isso se justifica pelo fato de que, muitas vezes, práticas discriminatórias são realizadas sob a justificativa de serem "piadas" ou "brincadeiras", especialmente em eventos sociais ou momentos de lazer.

### Agravante para Funcionário Público

O **art. 20-B** prevê que as penas dos crimes descritos nos **arts. 2º-A e 20** da lei serão **aumentadas de um terço até a metade** quando praticados por **funcionário público**, no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.

*Art. 20-A. Os crimes previstos nesta Lei terão as **penas aumentadas** de 1/3 (um terço) até a metade, quando ocorrerem em contexto ou com intuito de **descontração, diversão ou recreação**.*

*Art. 20-B. Os crimes previstos nos arts. 2º-A e 20 desta Lei terão as **penas aumentadas** de 1/3 (um terço) até a metade, quando **praticados por funcionário público**, conforme definição prevista no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.*

## Direitos da Vítima

Nos processos criminais que envolvem crimes de **racismo**, a vítima deve estar **acompanhada de advogado ou defensor público** em todos os atos processuais (art. 20-D). Esta medida visa garantir um suporte jurídico adequado, dada a gravidade e sensibilidade do tema.

*Art. 20-D. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a vítima dos crimes de racismo deverá estar **acompanhada de advogado ou defensor público**.*

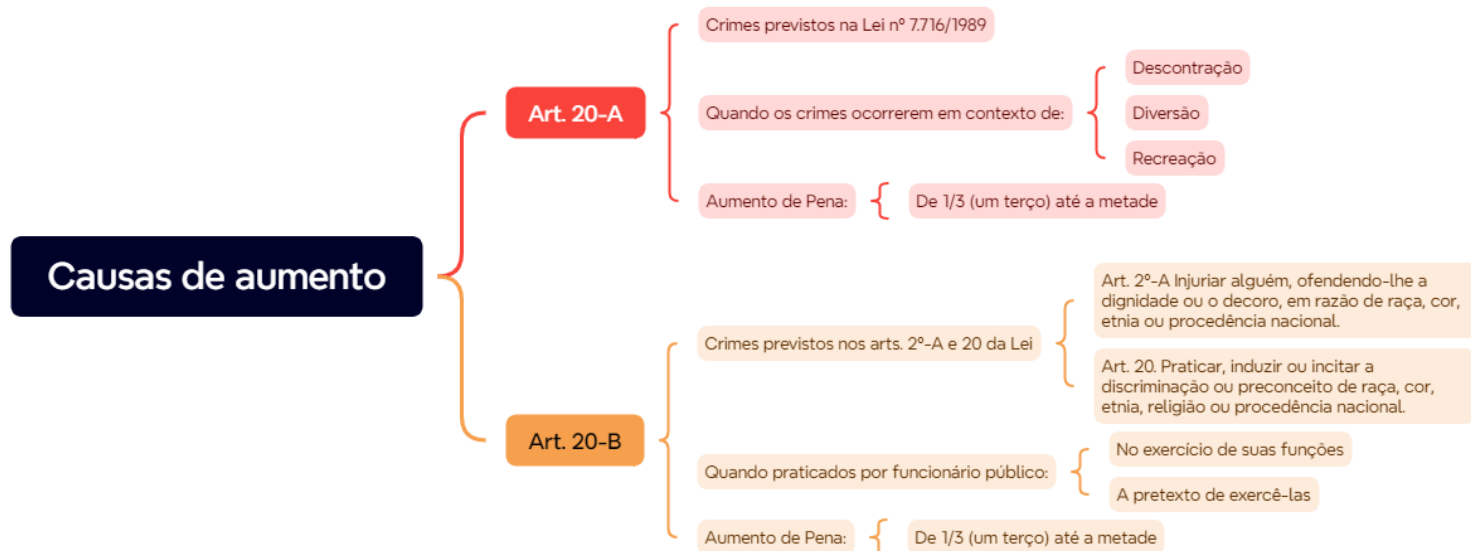


## APOSTA ESTRATÉGICA

A ideia desta seção é apresentar os pontos do conteúdo que mais possuem chances de serem cobrados em prova, considerando o histórico de questões da banca em provas de nível semelhante à nossa, bem como as inovações no conteúdo, na legislação e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais<sup>1</sup>.



As **agravantes** previstas nos **arts. 20-A e 20-B** foram recentemente incluídas pela Lei n.14.532/2023 e é nossa **Aposta Estratégica** desta aula. Vejamos:



<sup>1</sup> Vale deixar claro que nem sempre será possível realizar uma aposta estratégica para um determinado assunto, considerando que às vezes não é viável identificar os pontos mais prováveis de serem cobrados a partir de critérios objetivos ou minimamente razoáveis.





## QUESTÕES COMENTADAS

HORA DE PRATICAR!



1) (FGV - Res (TJ RJ)/TJ RJ/Assistente Social/2024) A Lei nº 14.532, de 2023, altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 e prevê reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa, para a pessoa que injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de

- a) xenofobia, religião ou etnia.
- b) cor, etnia ou procedência nacional.
- c) parentalidade, transexualidade ou religião.
- d) orientação sexual, raça ou localização geográfica.
- e) origem familiar, cor ou sexualidade.

### Comentários:

Conforme art. 2º da Lei nº 7.716/89, é punido com pena de reclusão de 2 a cinco anos quem Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em *razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional*.

**Gabarito:** B

2) (CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE AM)/MPE AM/2023 – ADAPTADA) João estava em uma festa com três colegas — Vitor, Igor e Bruno — quando um grupo de seguranças aproximou-se deles repentinamente e abordou Igor e Bruno, os únicos dois jovens negros do grupo, puxando-os pelo braço até a área externa do estabelecimento comercial. Lá, Igor e Bruno encontraram outro jovem negro, Mateus, e os seguranças lhes informaram que os jovens eram suspeitos de furtos de celulares ocorridos na festa, porque correspondiam com a descrição feita pelas vítimas. Os jovens negros foram revistados e com eles não foi encontrado nenhum produto de furto. Mesmo assim,



eles foram impedidos de retornar à festa. Depois de liberados pelas seguranças, foram à delegacia de polícia e registraram boletim de ocorrência por crime de racismo. O inquérito policial foi instaurado para averiguação.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- a) O crime de racismo, previsto na Lei n.º 7.716/1989, é de ação penal pública condicionada à representação, e o delito de injúria racial exige ação penal pública incondicionada.
- b) O fato de o caso ter sido noticiado à autoridade policial e ser devidamente investigado é inservível ao MP para a notícia de crime, haja vista a sua inércia no caso narrado, estando presente, portanto, a condição da ação concernente à legitimidade ativa de João, Igor, Bruno e Mateus para a propositura da ação por queixa-crime.
- c) O crime de injúria racial, com a alteração da Lei nº 14.523/2023 passa a ser de ação penal pública incondicionada
- d) João, Igor, Bruno e Mateus têm legitimidade para o ajuizamento de queixa-crime contra os seguranças, pela prática de racismo e injúria racial, mesmo não se verificando inércia do Ministério Público com as diligências e apurações por meio da autoridade policial do caso.
- e) O crime de injúria racial processa-se por meio de ação penal pública incondicionada e a legitimidade para a sua propositura não é exclusiva do MP, portanto João, Igor, Bruno e Mateus, assistidos por um advogado, têm legitimidade para o ajuizamento da queixa-crime por racismo e injúria racial.

#### Comentários:

Devemos nos atentar para a Lei nº 14.532/2023, cuja edição normativa derrubou qualquer discussão acerca do conteúdo da injúria racial. Anterior à ela, havia os julgados do STF e do STJ que ambas as circunstâncias levavam ao mesmos ditames para o antigo art. 140 §3º do CP, previstas na Lei nº 7716/89. Mas com a edição da Lei supracitada de 2023, agora é expresso a prática de injúria racial como uma prática vedada pela Lei de Crimes de Raça e Cor., sendo assim, todas as formas punidas mediante ação penal pública incondicionada

**Gabarito:** C



3) (FCC - TRT 18/Administrativa/Agente de Polícia Judicial/2023) A Lei nº 7.716/1989 define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Constituem efeitos da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular, por prazo não superior a

- a) 3 meses.
- b) 2 meses.
- c) 1 mês.
- d) 7 dias.
- e) 15 dias.

Comentários:

Conforme art. 16, constitui efeito da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses.

Gabarito: A

4) (FGV - Cabo (PM SP)/PM SP/2023) Acerca dos crimes de preconceito de raça ou de cor, previstos na Lei nº 7.716/89, é correto afirmar que

- a) se o crime de induzir preconceito de raça for cometido pelos meios de comunicação social, uma medida possível de combate ao preconceito é a interdição das respectivas mensagens na rede mundial de computadores.
- b) serão punidos, na forma da Lei nº 7.716/89, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor ou etnia. Os crimes resultantes de preconceito de religião ou procedência nacional não são abrangidos pela referida lei.
- c) constitui efeito automático da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses.



d) a conduta de veicular símbolos que utilizem a cruz suástica, para fins de divulgação do nazismo, não constitui crime, em razão do direito fundamental à liberdade de expressão.

#### Comentários:

A) **Certo**. Conforme art. 20, §3º, III, o juiz poderá determinar, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, ainda antes do inquérito policial, sob pena de desobediência à interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores;

B) **Errado**. Os crimes que envolvem preconceito de religião ou procedência nacional também são punidos na forma 7.716/89, conforme art. 1º da Lei mencionada;

C) **Errado**. Não se considera efeito automático a perda de cargo ou função pública, devendo o juiz fundamentar na sentença;

D) **Errado**. É crime sim, e punido com pena de reclusão de dois a cinco anos e multa.

**Gabarito:** A

5) (CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023) Quanto aos crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, julgue o item subsecutivo, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Lei n.º 7.716/1989. Condutas homofóbicas e transfóbicas podem configurar crimes abrangidos pela referida lei.

#### Comentários:

É importante mencionar que tal justificativa não se encontra em lei, mas sim a partir de construção jurisprudencial do STF, conforme ADO 26 e MI 4733. Passa-se a aplicar tais entendimentos, até que o Congresso Nacional edite, ou inclua crime de transfobia e homofobia na Lei nº 7.716/89.

**Gabarito:** Certo



6) (CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023) Quanto aos crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, julgue o item subsecutivo, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Lei n.º 7.716/1989.

A injúria racial configura prática de racismo e, portanto, é uma infração penal inafiançável e imprescritível.

**Comentários:**

É importante mencionar que a Lei nº 14.523/2023 passou a disciplinar a injúria racial na Lei nº 7.716/89, passando o crime ser, além de inafiançável e imprescritível, punido mediante ação penal pública incondicionada.

**Gabarito:** Certo

7) (CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023) Quanto aos crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, julgue o item subsecutivo, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Lei n.º 7.716/1989.

Um garçom que se recuse a atender determinado cliente por este ser nordestino pratica crime previsto na citada lei.

**Comentários:**

A Lei nº 7.716/89 pune as práticas preconceituosas e de discriminação contra a raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Neste caso, o garçom praticou crime do art. 5º, punido com pena de reclusão de um a três anos:

*Art. 5º Recusar ou impedir acesso a estabelecimento comercial, negando-se a servir, atender ou receber cliente ou comprador.*

*Pena: reclusão de um a três anos.*

**Gabarito:** Certo



8) (CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023) Quanto aos crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, julgue o item subsecutivo, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Lei n.º 7.716/1989.

É atípica a conduta de injuriar alguém, em razão da sua procedência nacional, no contexto de uma piada, com intuito de descontração, diversão ou recreação.

**Comentários:**

É típica a conduta de injuriar alguém, levando em consideração a sua procedência nacional, ainda que o teor da conversa seja cômica, quando leva a entender o DOLO do agente de atingir a honra subjetiva da vítima:

Art. 2º-A Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional.

Pena: reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

Além disso, conforme art. 20-A, *terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação*

**Gabarito:** Errado

9) (CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGE PA)/PGE PA/2023) De acordo com a Lei n.º 7.716/1989, aquele que, em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, impedir o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da administração direta

a) comete crime sujeito a pena de detenção, de dois a cinco anos, e multa.

b) incorre na mesma pena de quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, impede o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso a tais espaços.

c) comete crime sujeito a pena de reclusão, de três a seis anos, e multa.

d) tem a pena aumentada de um sexto a um terço se praticar o crime com o auxílio de outra pessoa.



e) incorre na mesma pena de quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional.

### Comentários:

A questão testa o conhecimento do candidato quanto aos crimes arrolados na Lei nº 7.716/89.

A questão trata do crime do art. 3º, no qual:

*Art. 3º Impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da Administração Direta ou Indireta, bem como das concessionárias de serviços públicos.*

*Pena: reclusão de dois a cinco anos.*

Nesta modalidade do caput, ele trata do acesso impedido ou obstado por motivos de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

*Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional.*

Já no parágrafo único, ele trata da conduta do agente em obstar a promoção daquele já empregado na administração direta ou indireta.

É fundamental notar esta diferença, pois a questão pode confundi-lo, e fazê-lo entender que uma das duas não se aplica à Lei supracitada.

**Gabarito: E**

**10) (VUNESP - PJur (Guararapes)/Pref Guararapes/2023) De acordo com a Lei nº 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor, assinale a alternativa correta.**

a) O crime de injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade e o decoro, em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional será qualificado se cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas.

b) O crime de recusar, negar ou impedir a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado, de qualquer grau, será qualificado se praticado contra menor de 12 anos.





- c) O crime de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional será punido de forma aumentada, da metade, se praticado por intermédio de publicação em redes sociais.
- d) A vítima dos crimes de racismo deverá estar acompanhada de advogado ou defensor público em todos os atos processuais, cíveis e criminais.
- e) A busca e apreensão de exemplares de publicações que incitem, induzam ou contenham discriminação ou preconceito poderá ser decretada de ofício pelo Juiz, desde que já instaurado inquérito policial.

### Comentários:

- A) **Errada**. Cuidado! não se trata de crime qualificado, mas sim circunstanciado! Nós falamos que tal crime é circunstanciado quando na verdade gera uma majorante (causa de aumento de aumento de pena). No caso do crime do art. 2º-A, parágrafo único, terá a pena AUMENTADA DE METADE se for praticado em concurso de pessoas
- B) **Errada**. Primeiramente, não é crime qualificado, e sim causa de aumento de pena. Em segundo lugar, aumenta-se em 1/3 quando praticado contra menores de 18 anos.
- C) **Errada**. Não é causa de aumento de pena, mas sim crime qualificado. Sempre que falamos em crime qualificado estamos falando de um tipo penal com um preceito secundário próprio. No caso do crime ser praticado por meio das redes sociais, a pena será de reclusão de dois a cinco anos e multa
- D) **Certa**. Conforme a literalidade do art. 20-D
- E) **Errada**. Independe de instauração do Inquérito Policial para adoção das medidas do art. 20, §3º

**Gabarito:** D

11) (CEBRASPE (CESPE) - Alun Of (PM PA)/PM PA/2023) Carlos, com 14 anos de idade, inscreveu-se para ingressar em estabelecimento de ensino privado, no entanto sua inscrição foi recusada por motivo de discriminação ou preconceito em razão de sua etnia.

Em relação à recusa mencionada na situação hipotética, julgue os itens seguintes, à luz do disposto na Lei n.º 7.716/1989.





I Trata-se de conduta criminosa punível com pena de detenção.

II A conduta configura crime e, tendo sido ele praticado contra menor de 18 anos de idade, a pena prevista é agravada de 1/3.

III A conduta configura delito punível com a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular pelo prazo de 6 meses.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.

Comentários:

I. Errada. Pune-se com pena de reclusão de 3 a 5 anos

II. Certa. Conforme parágrafo único do art. 6º

III. A suspensão é no máximo em até 3 meses, conforme art. 16

Gabarito: A

12) (IBFC - 2023 - IAPEN - AC - Especialista em Execução Penal) De acordo com a Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor, analise as afirmativas abaixo.

I. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a vítima dos crimes de racismo deverá estar acompanhada de advogado ou defensor público.

II. Na interpretação desta Lei, o juiz deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação,



vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência.

III. Os crimes previstos na Lei nº 7.716/1989 terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação.

Assinale a alternativa correta.

- A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- D) Apenas a afirmativa I está correta

#### Comentários:

- I. Certa. Conforme a literalidade do art. 20-D
- II. Certa. Conforme a literalidade do art. 20-C
- 
- III. Certa. Conforme a literalidade do art. 20-A

**Gabarito:** A

**13) (CONSULPLAN - 2023 - SESP-PA - Agente Administrativo) Considere a Lei nº 7.716/1989, que dispõe sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Em respeito à normativa em comento, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.**

( ) Aquele que injuriar alguém em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional terá a pena aumentada de um terço até a metade, se for funcionário público.

( ) Aquele que praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional no contexto de atividades religiosas poderá cumprir pena de reclusão, de dois a cinco anos, e proibição de frequentar, por três anos, locais culturais destinados ao público.



( ) O juiz deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, em razão da cor, etnia, religião ou procedência nacional.

( ) Aquele que impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares e/ou locais semelhantes abertos ao público em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional será apenado com admoestação verbal e afastamento de suas atividades laborais pelo período de cinco dias.

A sequência está correta em

A) V, V, F, F.

B) F, V, F, V.

C) F, F, V, V.

D) F, F, F, V.

E) V, V, V, F.

#### Comentários:

V - Conforme a Literalidade do art. 20-C

V - Cuidado para não confundir com o caput do art. 20, cuja pena é de um a três anos de reclusão e multa. O crime que trata a afirmativa é a forma qualificada daquele, no qual, realmente, pune-se com reclusão de dois a cinco anos de reclusão, juntamente com a respectiva proibição de frequência aos locais públicos, conforme art. 20, §2º-A.

V - Conforme a literalidade do art. 20-C

F - Não existe pena de admoestação verbal na Lei nº 7.716/89. Trata-se de conduta tipificada no art. 5º, punida com reclusão de um a três anos

**Gabarito:** E



14) (CONSULPLAN - 2023 - SESP-PA - Administrador ) A Lei nº 7.716/1989, alcunhada como Lei do Racismo, pune todo o tipo de discriminação ou preconceito, oriundos de nacionalidade; raça; sexo; cor; e, idade. À luz da Lei em comento, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) Aquele que injuriar alguém, ofendendo sua dignidade ou decoro, por razões de raça cor etnia ou procedência nacional poderá ser punido com pena de reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

B) É crime previsto nesta normativa, a conduta de impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, apenas aos cargos da Administração Direta e Indireta; ou, obstar a promoção funcional nas permissionárias de serviços públicos.

C) A liberdade de expressão não é absoluta em nosso país, e, em regra, não impedirá a responsabilização criminal das pessoas que emitem opiniões xenófobas e que tenham cunho discriminatório em razão de cor; raça; sexo e/ou idade nas redes sociais e nos demais meios de comunicação.

D) Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem de qualquer forma, com finalidade de recrutar de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências.

E) As penas aumentadas de um terço até a metade, quando os crimes determinados nesta normativa ocorrerem em contexto ou intuito de descontração, diversão ou recreação, sendo assegurado à vítima dos crimes de racismo em todos os atos processuais, cíveis e criminais, estar acompanhada de advogado ou defensor público.

#### Comentários:

A) Correta. Conforme a literalidade do art. 2º-A

B) Incorreta. Pois na verdade trata-se de não só de impedimento em cargos da Administração Direta e Indireta, como também nas concessionários de serviço público

C) Correta. A liberdade de expressão, apesar de ser um direito fundamental, ela, assim como todos, devem ser relativizados, ao passo de que o cidadão não poderá utilizar de sua conveniência para agredir verbal e não verbalmente por motivos de cor, raça, religião ou procedência nacional

D) Correta. Conforme a literalidade do art. 4º, §2º

E) Conforme a literalidade do art. 20-A e 20-d



Gabarito: B

15) (VUNESP - 2023 - MPE-SP - Promotor de Justiça Substituto) A Lei nº 7.716/89 define os crimes resultantes de discriminação racial. Com base nessa legislação e nas alterações posteriores, analise as seguintes afirmações:

I. O crime de injúria qualificada, previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal, é o delito praticado por aquele que tem a intenção de ofender pessoa determinada pela sua raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

II. A perda de cargo não constitui efeito automático da condenação por crime resultante de preconceito de raça e de cor praticado por funcionário público no exercício de sua função ou em razão dela.

III. Ao agente que, em anúncios para recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências, caberá exclusivamente a aplicação das penas de multa e de prestação de serviços comunitários.

IV. Os crimes previstos na Lei nº 7.716/89 terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até metade quando praticados por funcionários públicos no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.

Está correto apenas o que se afirma em:

A) I e IV.

B) II e III.

C) I e II.

D) III e IV.

E) I e III.

**Comentários:**

I. Errada. Após a 14.532/2023, o crime de injúria racial passou a ser disciplinado na 7.716/89



II. Certa. Conforme o art. 18, a perda do cargo não é automática, devendo o juiz fundamentar os motivos

III. Certa. Conforme art. 4º, §2º

IV. Errada. Somente se aplica a majorante no caso de crimes específicos, e não todos, como diz a afirmativa. Aplica-se ao crime do art. 2º-A e 20 da Lei nº 7.716/89

**Gabarito:** B



## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

*A ideia do questionário é elevar o nível da sua compreensão no assunto e, ao mesmo tempo, proporcionar uma outra forma de revisão de pontos importantes do conteúdo, a partir de perguntas que exigem respostas subjetivas.*

*São questões um pouco mais desafiadoras, porque a redação de seu enunciado não ajuda na sua resolução, como ocorre nas clássicas questões objetivas.*

*O objetivo é que você realize uma auto explicação mental de alguns pontos do conteúdo, para consolidar melhor o que aprendeu ;)*

*Além disso, as questões objetivas, em regra, abordam pontos isolados de um dado assunto. Assim, ao resolver várias questões objetivas, o candidato acaba memorizando pontos isolados do conteúdo, mas muitas vezes acaba não entendendo como esses pontos se conectam.*

*Assim, no questionário, buscaremos trazer também situações que ajudem você a conectar melhor os diversos pontos do conteúdo, na medida do possível.*

*É importante frisar que não estamos adentrando em um nível de profundidade maior que o exigido na sua prova, mas apenas permitindo que você compreenda melhor o assunto de modo a facilitar a resolução de questões objetivas típicas de concursos, ok?*

*Nosso compromisso é proporcionar a você uma revisão de alto nível!*

*Vamos ao nosso questionário:*

### Perguntas

1. Qual é o objetivo da Lei nº 7.716/1989 e quais crimes ela busca combater?
2. Quais são as consequências legais para quem pratica injúria racial segundo a Lei nº 7.716/1989?
3. Quais são as punições previstas para práticas discriminatórias no ambiente de trabalho segundo a lei?
4. O que a Lei nº 7.716/1989 estabelece sobre a discriminação em estabelecimentos comerciais e serviços?



5. Como a lei trata a discriminação em estabelecimentos de ensino?
6. Quais são as penalidades para quem impede o acesso a transportes públicos por motivo de discriminação?
7. Quais os efeitos adicionais da condenação previstos na Lei nº 7.716/1989 para servidores públicos?
8. Como a lei trata a prática de incitação ao preconceito por meio de comunicação social?
9. Como a Lei nº 7.716/1989 trata a comercialização de símbolos nazistas?
10. Quais são as circunstâncias que podem aumentar a pena dos crimes previstos na Lei nº 7.716/1989?

## Perguntas com respostas

### 1. Qual é o objetivo da Lei nº 7.716/1989 e quais crimes ela busca combater?

A Lei nº 7.716/1989 tem como objetivo combater crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Ela prevê punições para práticas discriminatórias que violem a dignidade humana e garantam a igualdade de direitos, especialmente em ambientes de trabalho, estabelecimentos comerciais, serviços públicos e privados, e atividades sociais.

### 2. Quais são as consequências legais para quem pratica injúria racial segundo a Lei nº 7.716/1989?

A prática de injúria racial, que consiste em ofender a dignidade ou o decoro de alguém em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional, é punida com reclusão de 2 a 5 anos e multa. A pena é aumentada de metade se o crime for cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas.

### 3. Quais são as punições previstas para práticas discriminatórias no ambiente de trabalho segundo a lei?

Lei prevê pena de reclusão de 2 a 5 anos para quem negar ou obstar emprego em empresa privada por motivo de discriminação racial, étnica, religiosa ou de procedência nacional. A mesma pena se aplica a práticas discriminatórias relacionadas à ascensão funcional, tratamento diferenciado quanto ao salário ou impedimento de promoção no ambiente de trabalho.





#### **4. O que a Lei nº 7.716/1989 estabelece sobre a discriminação em estabelecimentos comerciais e serviços?**

A lei pune com reclusão de 1 a 3 anos quem recusar ou impedir acesso a estabelecimentos comerciais, como restaurantes, bares, hotéis, casas de diversão ou clubes sociais, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

#### **5. Como a lei trata a discriminação em estabelecimentos de ensino?**

Recusar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado por motivo de discriminação racial, étnica, religiosa ou de procedência nacional resulta em pena de reclusão de 3 a 5 anos. Se a vítima for menor de 18 anos, a pena é agravada de um terço.

#### **6. Quais são as penalidades para quem impede o acesso a transportes públicos por motivo de discriminação?**

Impedir o acesso ou uso de transportes públicos, como aviões, ônibus, trens, metrô ou outros meios concedidos, por motivo de discriminação racial, étnica, religiosa ou de procedência nacional, é punido com reclusão de 1 a 3 anos.

#### **7. Quais os efeitos adicionais da condenação previstos na Lei nº 7.716/1989 para servidores públicos?**

Em caso de condenação por crime de discriminação cometido por servidor público, há a perda do cargo ou função pública, além da suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por até três meses. Esses efeitos não são automáticos e devem ser declarados motivadamente na sentença.

#### **8. Como a lei trata a prática de incitação ao preconceito por meio de comunicação social?**

A prática de incitar ou induzir discriminação ou preconceito por meio de comunicação social, redes sociais, internet ou qualquer publicação é punida com reclusão de 2 a 5 anos e multa. O juiz pode ordenar a retirada do conteúdo discriminatório da rede mundial de computadores e a destruição do material apreendido.

#### **9. Como a Lei nº 7.716/1989 trata a comercialização de símbolos nazistas?**

A fabricação, comercialização, distribuição ou veiculação de símbolos, emblemas ou distintivos que utilizem a cruz suástica para fins de divulgação do nazismo é punida com reclusão de 2 a 5 anos e multa. A apreensão e destruição do material também podem ser determinadas pelo juiz.



**10. Quais são as circunstâncias que podem aumentar a pena dos crimes previstos na Lei nº 7.716/1989?**

As penas dos crimes previstos na lei podem ser aumentadas de 1/3 até a metade se cometidos por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las. Também há aumento se os crimes forem praticados no contexto de atividades esportivas, culturais, artísticas ou religiosas destinadas ao público.



## LISTA DE QUESTÕES

1) (FGV - Res (TJ RJ)/TJ RJ/Assistente Social/2024) A Lei nº 14.532, de 2023, altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 e prevê reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa, para a pessoa que injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de

- a) xenofobia, religião ou etnia.
- b) cor, etnia ou procedência nacional.
- c) parentalidade, transexualidade ou religião.
- d) orientação sexual, raça ou localização geográfica.
- e) origem familiar, cor ou sexualidade.

2) (CEBRASPE (CESPE) - PJ (MPE AM)/MPE AM/2023 – ADAPTADA) João estava em uma festa com três colegas — Vitor, Igor e Bruno — quando um grupo de seguranças aproximou-se deles repentinamente e abordou Igor e Bruno, os únicos dois jovens negros do grupo, puxando-os pelo braço até a área externa do estabelecimento comercial. Lá, Igor e Bruno encontraram outro jovem negro, Mateus, e os seguranças lhes informaram que os jovens eram suspeitos de furtos de celulares ocorridos na festa, porque correspondiam com a descrição feita pelas vítimas. Os jovens negros foram revistados e com eles não foi encontrado nenhum produto de furto. Mesmo assim, eles foram impedidos de retornar à festa. Depois de liberados pelos seguranças, foram à delegacia de polícia e registraram boletim de ocorrência por crime de racismo. O inquérito policial foi instaurado para averiguação.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- a) O crime de racismo, previsto na Lei n.º 7.716/1989, é de ação penal pública condicionada à representação, e o delito de injúria racial exige ação penal pública incondicionada.
- b) O fato de o caso ter sido noticiado à autoridade policial e ser devidamente investigado é inservível ao MP para a notícia de crime, haja vista a sua inércia no caso narrado, estando presente, portanto, a condição da ação concernente à legitimidade ativa de João, Igor, Bruno e Mateus para a propositura da ação por queixa-crime.



c) O crime de injúria racial, com a alteração da Lei nº 14.523/2023 passa a ser de ação penal pública incondicionada

d) João, Igor, Bruno e Mateus têm legitimidade para o ajuizamento de queixa-crime contra os seguranças, pela prática de racismo e injúria racial, mesmo não se verificando inércia do Ministério Público com as diligências e apurações por meio da autoridade policial do caso.

e) O crime de injúria racial processa-se por meio de ação penal pública incondicionada e a legitimidade para a sua propositura não é exclusiva do MP, portanto João, Igor, Bruno e Mateus, assistidos por um advogado, têm legitimidade para o ajuizamento da queixa-crime por racismo e injúria racial.

**3) (FCC - TRT 18/Administrativa/Agente de Policia Judicial/2023) A Lei nº 7.716/1989 define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Constituem efeitos da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular, por prazo não superior a**

a) 3 meses.

b) 2 meses.

c) 1 mês.

d) 7 dias.

e) 15 dias.

**4) (FGV - Cabo (PM SP)/PM SP/2023) Acerca dos crimes de preconceito de raça ou de cor, previstos na Lei nº 7.716/89, é correto afirmar que**

a) se o crime de induzir preconceito de raça for cometido pelos meios de comunicação social, uma medida possível de combate ao preconceito é a interdição das respectivas mensagens na rede mundial de computadores.



b) serão punidos, na forma da Lei nº 7.716/89, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor ou etnia. Os crimes resultantes de preconceito de religião ou procedência nacional não são abarcados pela referida lei.

c) constitui efeito automático da condenação a perda do cargo ou função pública, para o servidor público, e a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por prazo não superior a três meses.

d) a conduta de veicular símbolos que utilizem a cruz suástica, para fins de divulgação do nazismo, não constitui crime, em razão do direito fundamental à liberdade de expressão.

5) (CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023) Quanto aos crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, julgue o item subsecutivo, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Lei n.º 7.716/1989. Condutas homofóbicas e transfóbicas podem configurar crimes abrangidos pela referida lei.

6) (CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023) Quanto aos crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, julgue o item subsecutivo, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Lei n.º 7.716/1989.

A injúria racial configura prática de racismo e, portanto, é uma infração penal inafiançável e imprescritível.

7) (CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023) Quanto aos crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, julgue o item subsecutivo, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Lei n.º 7.716/1989.

Um garçom que se recuse a atender determinado cliente por este ser nordestino pratica crime previsto na citada lei.



8) (CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023) Quanto aos crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, julgue o item subsecutivo, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e a Lei n.º 7.716/1989.

É atípica a conduta de injuriar alguém, em razão da sua procedência nacional, no contexto de uma piada, com intuito de descontração, diversão ou recreação.

9) (CEBRASPE (CESPE) - Proc (PGE PA)/PGE PA/2023) De acordo com a Lei n.º 7.716/1989, aquele que, em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, impedir o acesso de alguém, devidamente habilitado, a qualquer cargo da administração direta

a) comete crime sujeito a pena de detenção, de dois a cinco anos, e multa.

b) incorre na mesma pena de quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, impede o acesso às entradas sociais em edifícios públicos ou residenciais e elevadores ou escada de acesso a tais espaços.

c) comete crime sujeito a pena de reclusão, de três a seis anos, e multa.

d) tem a pena aumentada de um sexto a um terço se praticar o crime com o auxílio de outra pessoa.

e) incorre na mesma pena de quem, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional.

10) (VUNESP - PJur (Guararapes)/Pref Guararapes/2023) De acordo com a Lei nº 7.716/89, que define os crimes resultantes de preconceito de raça e cor, assinale a alternativa correta.

a) O crime de injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade e o decoro, em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional será qualificado se cometido mediante concurso de duas ou mais pessoas.

b) O crime de recusar, negar ou impedir a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado, de qualquer grau, será qualificado se praticado contra menor de 12 anos.



- c) O crime de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional será punido de forma aumentada, da metade, se praticado por intermédio de publicação em redes sociais.
- d) A vítima dos crimes de racismo deverá estar acompanhada de advogado ou defensor público em todos os atos processuais, cíveis e criminais.
- e) A busca e apreensão de exemplares de publicações que incitem, induzam ou contenham discriminação ou preconceito poderá ser decretada de ofício pelo Juiz, desde que já instaurado inquérito policial.

11) (CEBRASPE (CESPE) - Alun Of (PM PA)/PM PA/2023) Carlos, com 14 anos de idade, inscreveu-se para ingressar em estabelecimento de ensino privado, no entanto sua inscrição foi recusada por motivo de discriminação ou preconceito em razão de sua etnia.

Em relação à recusa mencionada na situação hipotética, julgue os itens seguintes, à luz do disposto na Lei n.º 7.716/1989.

I Trata-se de conduta criminosa punível com pena de detenção.

II A conduta configura crime e, tendo sido ele praticado contra menor de 18 anos de idade, a pena prevista é agravada de 1/3.

III A conduta configura delito punível com a suspensão do funcionamento do estabelecimento particular pelo prazo de 6 meses.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item II está certo.
- b) Apenas o item III está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens I e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos.



12) (IBFC - 2023 - IAPEN - AC - Especialista em Execução Penal) De acordo com a Lei nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor, analise as afirmativas abaixo.

I. Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a vítima dos crimes de racismo deverá estar acompanhada de advogado ou defensor público.

II. Na interpretação desta Lei, o juiz deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, e que usualmente não se dispensaria a outros grupos em razão da cor, etnia, religião ou procedência.

III. Os crimes previstos na Lei nº 7.716/1989 terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando ocorrerem em contexto ou com intuito de descontração, diversão ou recreação.

Assinale a alternativa correta.

- A) As afirmativas I, II e III estão corretas
- B) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
- C) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
- D) Apenas a afirmativa I está correta

13) (CONSULPLAN - 2023 - SESP-PA - Agente Administrativo) Considere a Lei nº 7.716/1989, que dispõe sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor. Em respeito à normativa em comento, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) Aquele que injuriar alguém em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional terá a pena aumentada de um terço até a metade, se for funcionário público.

( ) Aquele que praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional no contexto de atividades religiosas poderá cumprir pena de reclusão,





de dois a cinco anos, e proibição de frequentar, por três anos, locais culturais destinados ao público.

( ) O juiz deve considerar como discriminatória qualquer atitude ou tratamento dado à pessoa ou a grupos minoritários que cause constrangimento, humilhação, vergonha, medo ou exposição indevida, em razão da cor, etnia, religião ou procedência nacional.

( ) Aquele que impedir o acesso ou recusar atendimento em restaurantes, bares e/ou locais semelhantes abertos ao público em razão de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional será apenado com admoestação verbal e afastamento de suas atividades laborais pelo período de cinco dias.

A sequência está correta em

A) V, V, F, F.

B) F, V, F, V.

C) F, F, V, V.

D) F, F, F, V.

E) V, V, V, F.

**14) (CONSULPLAN - 2023 - SESP-PA - Administrador ) A Lei nº 7.716/1989, alcinhada como Lei do Racismo, pune todo o tipo de discriminação ou preconceito, oriundos de nacionalidade; raça; sexo; cor; e, idade. À luz da Lei em comento, assinale a afirmativa INCORRETA.**

A) Aquele que injuriar alguém, ofendendo sua dignidade ou decoro, por razões de raça cor etnia ou procedência nacional poderá ser punido com pena de reclusão, de dois a cinco anos, e multa.

B) É crime previsto nesta normativa, a conduta de impedir ou obstar o acesso de alguém, devidamente habilitado, apenas aos cargos da Administração Direta e Indireta; ou, obstar a promoção funcional nas permissionárias de serviços públicos.

C) A liberdade de expressão não é absoluta em nosso país, e, em regra, não impedirá a responsabilização criminal das pessoas que emitem opiniões xenófobas e que tenham cunho



discriminatório em razão de cor; raça; sexo e/ou idade nas redes sociais e nos demais meios de comunicação.

D) Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem de qualquer forma, com finalidade de recrutar de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências.

E) As penas aumentadas de um terço até a metade, quando os crimes determinados nesta normativa ocorrerem em contexto ou intuito de descontração, diversão ou recreação, sendo assegurado à vítima dos crimes de racismo em todos os atos processuais, cíveis e criminais, estar acompanhada de advogado ou defensor público.

**15) (VUNESP - 2023 - MPE-SP - Promotor de Justiça Substituto) A Lei nº 7.716/89 define os crimes resultantes de discriminação racial. Com base nessa legislação e nas alterações posteriores, analise as seguintes afirmações:**

I. O crime de injúria qualificada, previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal, é o delito praticado por aquele que tem a intenção de ofender pessoa determinada pela sua raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

II. A perda de cargo não constitui efeito automático da condenação por crime resultante de preconceito de raça e de cor praticado por funcionário público no exercício de sua função ou em razão dela.

III. Ao agente que, em anúncios para recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências, caberá exclusivamente a aplicação das penas de multa e de prestação de serviços comunitários.

IV. Os crimes previstos na Lei nº 7.716/89 terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até metade quando praticados por funcionários públicos no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.

Está correto apenas o que se afirma em:

A) I e IV.



B) II e III.

C) I e II.

D) III e IV.

E) I e III.

## GABARITO

### GABARITO



1. B  
2. C  
3. A  
4. A  
5. CERTO

6. CERTO  
7. CERTO  
8. ERRADO  
9. E  
10. D

11. A  
12. A  
13. E  
14. B  
15. B



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

**BITENCOURT, Cezar Roberto.** Tratado de direito penal: parte geral. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2016. v. 1.

**CAPEZ, Fernando.** Curso de direito penal: parte geral. 24. ed. São Paulo: Saraiva, 2022. v. 1.

**MASSON, Cleber.** Direito penal esquematizado - Parte geral - vol. 1/ Cleber Masson - 13. ed. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2019.

**PRADO, Luiz Regis.** Curso de direito penal brasileiro: parte geral. 16. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022. v. 1.



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.